

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

RODOLFO HENRIQUE BARBOZA ZAGO

**VISÕES SOBRE A POLÍTICA FISCAL: DE KEYNES AOS DESAFIOS IMPOSTOS
PELA CRISE DO CORONAVÍRUS**

CAMPINAS

2023

RODOLFO HENRIQUE BARBOZA ZAGO

**VISÕES SOBRE A POLÍTICA FISCAL: DE KEYNES AOS DESAFIOS IMPOSTOS
PELA CRISE DO CORONAVÍRUS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas pela
Universidade Estadual de Campinas –
UNICAMP

Orientador: Prof. Dr. Roberto Alexandre
Zanchetta Borghi

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

Z13v Zago, Rodolfo Henrique Barboza, 1997-
Visões sobre a política fiscal : de Keynes aos desafios impostos pela crise do
coronavírus / Rodolfo Henrique Barboza Zago. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Roberto Alexandre Zanchetta Borghi.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Economia.

1. Keynes, John Maynard, 1883-1946. 2. Pensamento econômico - História. 3.
COVID-19. 4. Organismos multilaterais. I. Borghi, Roberto Alexandre
Zanchetta, 1986-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.
III. Título.

Informações adicionais, complementares

Titulação: Bacharel em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Roberto Alexandre Zanchetta Borghi [Orientador]

Simone Silva de Deos

Data de entrega do trabalho definitivo: 20-12-2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, por ouvir, incentivar, apoiar, com toda atenção e compreensão ao longo de todo o caminho até aqui. A todos que contribuíram para a conclusão do mesmo.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha mais profunda gratidão às pessoas incríveis que estiveram ao meu lado durante toda a jornada desta pesquisa. Meu pai, Rubens Zago, cujo apoio incondicional, sabedoria e incentivo foram a bússola que guiou meus passos. À minha mãe, Cecília Bombardi, por ser minha fonte inesgotável de amor, paciência e compreensão, tornando cada desafio mais leve. À minha irmã, Fernanda Lara, pelos risos compartilhados e compaixão em todos os momentos. À minha namorada, Mariana Coser, cujo apoio, compreensão e incentivo foram fundamentais para o êxito deste trabalho. Agradeço também aos amigos que, de diferentes maneiras, contribuíram para o meu crescimento e sucesso. Por fim, minha sincera gratidão ao professor orientador Roberto Borghi, por sua paciência e pelo comprometimento demonstrado em cada etapa deste processo. A cada um de vocês, meu mais profundo agradecimento por serem minha base e inspiração ao longo dessa jornada. Este trabalho é dedicado a vocês, que tornaram possível cada passo deste caminho.

RESUMO

Esta pesquisa abrange a evolução da política fiscal desde as teorias de Keynes até a crise da Covid-19, expondo sua importância diante dos desafios do século XXI. Com isso, objetiva-se esclarecer seu papel desempenhado em diferentes escolas de pensamento econômico, além de sua aplicação contemporânea por meio de diversas medidas propostas por economistas influentes e organismos multilaterais em resposta a crises. A metodologia adotada envolveu uma revisão bibliográfica abrangente, abordando tanto textos clássicos quanto textos acadêmicos recém-publicados. Os resultados sublinharam a necessidade de uma abordagem fiscal que vá além de soluções imediatas. Em conclusão, frente aos desafios que assolam o presente, defende-se uma atuação mais ativa da política fiscal por parte dos governos ao redor do mundo, com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Palavras-Chave: John Maynard Keynes; História Do Pensamento Econômico; Covid-19; Organismos Multilaterais.

ABSTRACT

This research covers the evolution of fiscal policy from Keynes' theories to the Covid-19 crisis, exposing its importance in the face of the challenges of the 21st century. With this, the objective is to clarify its role played in different schools of economic thought, in addition to of its contemporary application through various measures proposed by influential economists and multilateral organizations in response to crises. The methodology involves a comprehensive bibliographic review, covering both classic texts and recently published academic texts. The results highlighted the need for a fiscal approach that goes beyond immediate solutions. In conclusion, faced with the challenges that plague the present, a more active role in fiscal policy by governments around the world is advocated, with the purpose of promoting long-term sustainable development.

Keywords: John Maynard Keynes; History Of Economic Thinking; Covid-19; Multilateral Organizations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Achatando a curva de recessão	34
Quadro 1- Medidas de Apoio Econômico durante a Crise	35

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REDEFININDO FRONTEIRAS: KEYNES & A SÍNTESE NEOCLÁSSICA.....	11
2.1 Os ensinamentos de John Maynard Keynes	11
2.2 A junção da teoria clássica com a teoria keynesiana: a síntese neoclássica.....	14
3. REVIRAVOLTAS: A ASCENSÃO DO MONETARISMO E A VANGUARDA DA NOVA ECONOMIA CLÁSSICA.....	18
3.1 O novo <i>mainstream</i> econômico: a corrente monetarista	18
3.2 Fim do keynesianismo? A ascensão da nova economia clássica	21
4. DE VOLTA AOS HOLOFOTES: OS NOVOS KEYNESIANOS E O NOVO CONSENSO MACROECONÔMICO	25
4.1 Entre tradição e renovação: a contribuição dos novos keynesianos ao panorama econômico.	25
4.2 Economia em equilíbrio: desvendando o novo consenso macroeconômico.....	27
5. POLÍTICA FISCAL NO FRONT DAS CRISES: UMA AVALIAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS NA PANDEMIA DE COVID-19.	30
5.1 Respostas governamentais e desafios financeiros na crise do <i>subprime</i> e da Zona do Euro. 30	
5.2 Desdobramentos da Política Fiscal na Resposta à Pandemia.....	33
5.3 A visão dos organismos multilaterais frente à pandemia: FMI, OCDE, BID e UNCTAD 36	
6. CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
APÊNDICE A – Resumo das principais escolas de pensamento econômico	46
APÊNDICE B – Propostas de Organizações Internacionais para Políticas Fiscais em Pandemias	47

1. INTRODUÇÃO

A trajetória do pensamento econômico é uma narrativa complexa, moldada por debates acalorados e mudanças paradigmáticas que ecoam nas políticas adotadas pelos governos. No centro desse cenário dinâmico, a política fiscal emerge como uma ferramenta vital para orientar o destino econômico das sociedades. Desde as inovações teóricas propostas por Keynes até os desafios impostos pela crise do coronavírus, a evolução das visões sobre a política fiscal reflete o pulso da economia global.

Este trabalho se propõe a explorar, por meio de uma revisão bibliográfica abrangente, a rica tapeçaria de ideias que compõem o discurso sobre essa ferramenta. Inicia-se com Keynes, cuja "Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda" desafiou as convenções da época e deu início a um novo capítulo na compreensão das dinâmicas econômicas. Em seguida, a síntese neoclássica, por sua vez, buscou harmonizar as visões clássicas e keynesianas, mantendo a política fiscal no centro do palco, mas incorporando nuances microeconômicas.

Do monetarismo à nova economia clássica, é possível acompanhar as oscilações de ideias que marcaram o século XX, como também é o caso dos novos keynesianos e do novo consenso macroeconômico. Essas escolas representam não apenas reflexões teóricas, mas o choque e a assimilação de diferentes abordagens em um esforço contínuo para compreender e orientar a medidas fiscais.

Contudo, a verdadeira prova de fogo para essas teorias emergiu nas últimas décadas com crises econômicas de grande magnitude. A crise dos *subprimes*, os dilemas da zona do euro e, mais recentemente, a pandemia de Covid-19, desencadearam um reexame profundo do papel da política fiscal, de modo que governos, economistas e organismos internacionais se viram diante da imperativa necessidade de uma postura mais ativa.

Assim, ao revisitar as contribuições dos principais pensadores econômicos e analisar as respostas contemporâneas às crises, visa-se lançar luz sobre as razões e implicações práticas por trás da evolução da política fiscal. Ao fazê-lo, busca-se não apenas compreender o passado, mas capacitar a avaliação das políticas fiscais na contemporaneidade, sobretudo diante dos desafios sem precedentes que o século XXI trouxe e dos que ainda estão por vir, como é o caso de enfrentar questões prementes tais quais a desigualdade, mudanças climáticas e acesso igualitário a oportunidades. Assim, sua análise crítica não se resigna apenas a uma

reflexão acadêmica, mas sim é um meio essencial para orientar escolhas que moldarão o futuro econômico e social de civilizações futuras.

2. REDEFININDO FRONTEIRAS: KEYNES & A SÍNTESE NEOCLÁSSICA.

Na época em que a economia clássica predominava, Keynes revolucionou o cenário acadêmico com sua "Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda" em 1936, desafiando as premissas então postas da autorregulação de mercado e do pleno emprego. Posteriormente, a síntese neoclássica, que surgiu nos anos 50, buscou conciliar visões clássicas e keynesianas, mantendo as políticas keynesianas, como o uso da política fiscal, enquanto incorporava aspectos microeconômicos clássicos.

Este encontro de teorias será discutido no capítulo a seguir, de modo a evidenciar a forma com que se delineia um panorama complexo que continua a influenciar as discussões econômicas contemporâneas.

2.1 Os ensinamentos de John Maynard Keynes

Em uma época em que a economia clássica dominava os círculos acadêmicos, fundamentada na premissa de que os mercados se autorregulavam e que o pleno emprego seria alcançado sem a necessidade de intervenção governamental por meio da política fiscal, Keynes desencadeou uma revolução na forma como a economia era abordada e compreendida. Isso ocorreu com a publicação de sua *Magnum Opus* "Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda" em 1936, marcando o início das bases conceituais da macroeconomia moderna.

Keynes argumentou que em tempos caracterizados por uma deficiência geral na demanda, como ocorreu na Grande Depressão de 1929, podem surgir períodos prolongados de desemprego involuntário e instabilidades econômicas. Dado que a economia naturalmente tende a corrigir essas deficiências de demanda de maneira lenta e dolorosa, torna-se papel do governo intervir na busca de restaurar a confiança dos agentes econômicos no gasto e garantir a redução do desemprego a um ritmo mais acelerado.

Se a política fiscal for utilizada como um instrumento deliberado para promover uma maior igualdade na distribuição dos rendimentos, o seu efeito sobre o aumento da propensão ao consumo será, naturalmente, ainda maior (Keynes, 1936, p. 102).

Os modelos do período não conseguiam explicar de forma convincente a magnitude e a profundidade da queda enfrentada pelas principais economias globais, suscitando diferentes contrapontos por parte dos economistas. Por exemplo, economistas da escola austríaca, como Mises, Hayek e Robbins, defendiam a ideia de que a depressão deveria seguir seu curso sem qualquer interferência, pois era o resultado inevitável do excesso de investimento durante o

boom artificialmente criado em períodos anteriores de bonança. Para eles, a Grande Depressão não era uma preocupação para os formuladores de políticas, e a intervenção na forma de estímulo à demanda agregada, conforme defendida por Keynes, só agravaria ainda mais a situação. Em termos simples, a escolha se resumia entre deixar a economia se autorregular ou, caso houvesse intervenção inadequada do governo, enfrentar uma depressão ainda mais severa no futuro (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005, p. 14).

Keynes notabilizou-se justamente por questionar essa visão arcaica ao introduzir uma abordagem que denotou a importância econômica das variáveis agregadas, conhecida posteriormente como "O Princípio da Demanda Efetiva". Fator-chave para determinar o nível de atividade econômica e emprego, a demanda efetiva pode ser explicada da seguinte forma: suponha-se uma economia fechada. Se você é um empresário que possui uma fábrica e precisa decidir quantos trabalhadores contratar para produzir seus produtos, sua decisão de contratar mão-de-obra depende principalmente de duas coisas:

D1 - O que as pessoas estão gastando em consumo: isso significa o quanto as pessoas da comunidade estão comprando e gastando em coisas como roupas, alimentos, eletrônicos, carros etc. Se as pessoas estão comprando muito, você provavelmente contrataria mais trabalhadores para atender à demanda crescente por seus produtos.

D2 - O quanto está sendo investido em novos projetos: isso se refere ao dinheiro que está sendo usado para iniciar novos negócios, expandir fábricas ou construir coisas novas. Se houvesse muitos investimentos acontecendo na sua região, isso seria um indicativo de que há oportunidades de crescimento, então você contrataria mais pessoas para aproveitar essas oportunidades.

A soma de D1 e D2 resulta na "Demanda Efetiva" (D). Leia-se, uma demanda de caráter expectacional por parte dos empresários no momento de realizar um investimento. Assim, é importante frisar que ao longo da Teoria Geral, Keynes se refere à demanda esperada (*ex-ante*) e não à realizada (*ex-post*). Ou seja, não se está abordando a demanda no sentido neoclássico, como algo com determinantes próprios que se confronta autonomamente no mercado com a oferta, mas sim de como as pessoas e empresas planejam gastar no futuro. Essa diferença na perspectiva é crucial para entender suas ideias sobre o funcionamento da economia (Klagsbrunn, V. H, 1996, p. 548).

Portanto, depreende-se disso que o ponto fundamental da teoria de Keynes é a introdução de uma abordagem na qual a demanda esperada, ou expectacional, desempenha

um papel central na determinação do nível de atividade econômica, em contraste com a visão neoclássica que enfoca mais no papel da oferta.

Tendo o ponto nevrálgico de sua obra esclarecido, é válido chamar atenção para outros fatores que se relacionam com a temática deste estudo. Especificamente no capítulo 24, o autor discute duas grandes falhas do sistema econômico capitalista que perduram até os dias atuais e como a política fiscal poderia atuar para combatê-los. São eles:

1° A incapacidade da sociedade da época em que escrevia de se proporcionar o pleno emprego;

2° A repartição injusta e arbitrária da riqueza e dos rendimentos.

No tocante ao primeiro ponto, a argumentação sobre o pleno emprego foi baseada novamente em uma contrariedade aos princípios da economia clássica no que concerne ao que é compreendido a respeito do funcionamento do sistema econômico capitalista. Conforme destacam Mitchell e Muysken (2008), durante a era anterior à abordagem keynesiana, a ideia de pleno emprego era aplicada exclusivamente no âmbito do desemprego de natureza voluntária: o nível de emprego era estabelecido pela interseção entre a procura e oferta de trabalho, resultado das escolhas lógicas e intencionais feitas por trabalhadores e empresas. A corrente econômica predominante não reconhecia no desemprego a dimensão social problemática que se tornou após a ocorrência da Grande Depressão.

Segundo Keynes, os princípios clássicos não se aplicam totalmente na economia real. O nível de emprego não depende apenas do mercado de trabalho e das reações salariais. Os donos de capital, ao controlar preços e gastos, influenciam mais o emprego do que o mercado de trabalho. Deduz-se disso que o mercado de trabalho não é o principal determinante do emprego, mas sim as decisões dos capitalistas, que por sua vez afetam o emprego e a renda. Enquanto isso, os trabalhadores não têm a opção de simplesmente não trabalhar como acreditavam os neoclássicos (Macedo e Silva, A. C, 1994).

Já com relação ao segundo ponto, Keynes critica a maneira como a riqueza e os rendimentos são distribuídos no capitalismo, ressaltando a existência de grandes desigualdades. Para combatê-las, exemplifica-se como a política fiscal sob a forma de tributação direta - impostos sobre o rendimento (incidem sobre os ganhos financeiros ou rendimentos obtidos por uma pessoa ou entidade), imposto complementar (taxas aumentam à medida que os níveis de renda aumentam) e impostos sucessórios (referem-se a tributos sobre

heranças ou transferências de riqueza de uma geração para outra) -, especialmente na Grã-Bretanha, contribuiu para reduzi-las. Mesmo que muitos estudiosos da época reconhecessem o potencial desse instrumento no combate à desigualdade, afirmavam que a adoção desse tipo de política poderia ocasionar evasão fiscal – afirmação que perpetra até os dias atuais- e enfraquecimento excessivo das motivações para a tomada de riscos; mas o principal ponto é que iria contra a convicção de que a expansão do capital dependeria daquilo que os ricos poupam a partir do que lhes é supérfluo (Keynes, 1936, p. 329).

Na contramão dos seus pares, Keynes argumentava que até o ponto em que se instala o pleno emprego, a expansão do capital não dependeria de maneira nenhuma de uma baixa propensão ao consumo, ou seja, da ação de poupar, muito pelo contrário, seria deprimida nesse contexto. Somente em situações de pleno emprego uma baixa propensão ao consumo poderia levar à expansão do capital e, contrariando o *mainstream* da época, sugeria que medidas destinadas a redistribuir o rendimento com a finalidade de aumentar a propensão ao consumo poderiam ser favoráveis ao crescimento do capital.

Segundo Keynes:

A crença tão generalizada de que os impostos sucessórios são responsáveis pela redução da riqueza de capital de um país ilustra a confusão que reina entre o público nesse aspecto. Supondo que o Estado aplique as receitas desses impostos nas suas despesas comuns, de modo que os impostos sobre o rendimento e o consumo se reduzam ou anulem correspondentemente, é naturalmente inegável que uma política fiscal de altos impostos sucessórios leve ao aumento da propensão da comunidade ao consumo. Mas, como um aumento da propensão habitual ao consumo contribui, em geral (isto é, excetuando as condições de pleno emprego), para elevar o incentivo ao investimento, a inferência comumente feita é o exato oposto da verdade (Keynes, 1972, p. 330).

Em suma, para Keynes, sua teoria tinha como problema político fundamental encontrar uma forma de combinar eficiência econômica, justiça social e liberdade individual. Sua solução para a crise econômica que varria as economias capitalistas dos anos 1930 foi “defender uma preponderância das funções tradicionais do governo como forma de estimular a demanda agregada” (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005, p. 14).

2.2 A junção da teoria clássica com a teoria keynesiana: a síntese neoclássica.

O keynesianismo contribuiu para uma queda vertiginosa do desemprego no mundo nos anos que avizinharam a Segunda Guerra Mundial e teve um impacto profundo na influência de suas ideias e na forma com a qual os governos enxergam suas responsabilidades no que concerne à manutenção do pleno emprego. Como exemplo do quão bem-sucedida foi

essa mudança de paradigma, nos Estados Unidos, o *Employment Act* de 1946 denotou ao governo federal a busca do “máximo emprego, produção e poder de compra”. Conforme descreveu Tobin, um proeminente economista keynesiano norte-americano até a sua morte, em 2002:

Um forte argumento foi feito pelo sucesso das políticas keynesianas. Virtualmente todas as sociedades democráticas capitalistas avançadas adotaram, em graus variados, estratégias keynesianas de gestão da demanda após a Segunda Guerra Mundial. O período, certamente entre 1950 e 1973, foi de prosperidade sem precedentes, crescimento, expansão do comércio mundial e estabilidade. Durante a “Era de Ouro”, a inflação e o desemprego eram baixos, o ciclo de negócios estava sob controle (Tobin, 1987).

Na mesma linha, defendeu Stewart (1986):

A conclusão sensata é que a Grã-Bretanha e outros países ocidentais tiveram pleno emprego por um quarto de século após a guerra porque seus governos se comprometeram com o pleno emprego e sabiam como alcançá-lo; e sabiam como alcançá-lo porque Keynes lhes disse como (Stewart, 1986).

Desde então, ao se mostrar um referencial teórico que legitima, ainda que de forma conservadora, a intervenção do setor público nas políticas de administração de demanda agregada e no desenho de estratégias de desenvolvimento, a força do pensamento keynesiano ganhou adeptos, tendo seu conjunto de ideias incorporadas por escolas vindouras do pensamento econômico.

A partir dos anos 50, a síntese neoclássica ganhou espaço no *mainstream* econômico, cujo nome é fruto de um amálgama da teoria clássica e keynesiana. A síntese neoclássica reteve as prescrições de política de Keynes, sendo exemplo a preponderância do uso da política fiscal em estimular a demanda agregada com o objetivo de amenizar oscilações cíclicas e falhas de mercado, ao passo que tentava conciliar com isso a microeconomia calcada nos pressupostos clássicos (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005, p. 15).

Ao contrário das visões neoclássicas clássicas que frequentemente minimizavam o papel da intervenção governamental, reconhecia-se o potencial de instabilidades de mercado e um papel proativo para a política fiscal. Um exemplo é a incorporação de conceitos keynesianos, como o efeito multiplicador, que sugere que mudanças nos gastos do governo podem ter efeitos ampliados na produção econômica total. Essa aceitação levou ao reconhecimento de que a política fiscal, especialmente com alterações nos gastos públicos e na tributação, poderia ser usada de maneira estratégica para influenciar a atividade econômica. Mas repare: ao utilizar a palavra “estratégica”, remete-se ao fato de que a política fiscal era considerada uma ferramenta vital para gerenciar a demanda agregada e estabilizar a

economia somente durante períodos de recessão ou inflação. Ainda assim, essa perspectiva representou uma ruptura em relação à abordagem mais *laissez-faire* da economia neoclássica tradicional (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005).

Enfatizou-se também a importância de considerar os efeitos de longo prazo e evitar desequilíbrios fiscais persistentes. Havia uma abordagem cautelosa em relação aos déficits, pois déficits orçamentários sustentados eram vistos como potenciais fontes de inflação e distorções de mercado, de tal modo que, ao adotar essa perspectiva equilibrada, buscava-se aproveitar os benefícios de medidas fiscais de curto prazo, ao mesmo tempo em que se preservava a saúde geral da economia (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005).

No que concerne a política monetária, esta importância enquanto instrumento vital para a estabilização dos ciclos econômicos dado que a determinação das taxas de juros se mostrava um meio eficaz de influenciar o comportamento dos agentes econômicos. Para a síntese, reduções nas taxas de juros poderiam estimular o investimento e o consumo, enquanto aumentos poderiam desacelerar a inflação e conter o crescimento econômico. Logo, manter a inflação sob controle era considerado crucial para promover uma alocação eficiente de recursos e sustentar o crescimento econômico a longo prazo (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005).

O resultado prático dessa tentativa de conciliar ambas as teorias, culminou no fato da essência lógica da teoria de Keynes, leia-se, o princípio da demanda efetiva, ficar resignado a situações muito particulares, conforme aponta Lopreato:

[...]perdeu-se o sentido geral e abstrato do princípio da demanda efetiva, mantendo apenas o caráter pontual de administração da demanda agregada, válido em situações particulares, quando as falhas do mercado levam à existência temporária de desemprego involuntário (Lopreato, 2013, p. 22).

Em todo caso, os representantes da síntese neoclássica ganharam holofotes e viraram referência no período em questão. Exemplo disso foi a criação do modelo *IS-LM*, estudo até os dias atuais, para explicar a determinação da produção e do emprego e a criação da curva de *Philips* que permitia ao formulador de políticas públicas relacionar a taxa de inflação com níveis-alvo de desemprego datam desse período, difundidas principalmente pela popular obra “*Economics*” de Paul Samuelson (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005, p. 22).

O período de euforia no campo econômico começaria a declinar em meados de 1970 com a eclosão de uma forte crise econômica, caracterizada por uma combinação de eventos

como a aceleração da inflação, aumento do desemprego e a rápida desaceleração econômica. Essa conjuntura desafiadora foi resultado de diversos fatores, a incluir os choques do petróleo que desempenharam um papel significativo (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005).

A aceleração da inflação nos anos 70 surpreendeu muitos economistas adeptos a escola, pois suas teorias tradicionalmente não davam uma ênfase tão grande aos choques de oferta, como os aumentos abruptos nos preços do petróleo. Especialmente os choques de 1973 e 1979, tiveram um impacto significativo nos custos de produção, o que levou a um fenômeno conhecido como "estagflação" — uma combinação de inflação elevada e desemprego crescente. Isso representou um desafio para a síntese neoclássica que, em sua formulação inicial, não havia considerado adequadamente a possibilidade de uma inflação persistente em meio a altas taxas de desemprego (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005).

Diante desses eventos, a crise dos anos 70 desafiou as premissas e as políticas tradicionalmente associadas à síntese neoclássica. A necessidade de lidar com a estagflação levou a uma reavaliação das teorias econômicas predominantes, com consequências significativas para o desenvolvimento posterior da macroeconomia.

3. REVIRAVOLTAS: A ASCENSÃO DO MONETARISMO E A VANGUARDA DA NOVA ECONOMIA CLÁSSICA.

Aceleração da inflação, aumento do desemprego e desaceleração econômica. Todos esses fatores atuaram em conjunto após a "Era de Ouro" da síntese neoclássica, o que levou o *mainstream* econômico a um retorno às crenças pré-keynesianas, leia-se, a economia de mercado e a não intervenção governamental como a solução e o caminho para a estabilidade e o crescimento econômico com inflação controlada.

Em meio a essas mudanças, consolidava-se a perspectiva de que uma política macroeconômica eficaz deveria focar na estabilidade, disciplina fiscal e em instituições que garantissem o papel orientador da política monetária na condução da economia. Essa transição de paradigmas marcou uma fase crucial na evolução do pensamento econômico contemporâneo e na atuação em segundo plano da política fiscal.

3.1 O novo *mainstream* econômico: a corrente monetarista

A “Era de Ouro” dos adeptos a síntese neoclássica juntamente com a dominância do *mainstream* terminaria após 1973, marcada por choques do petróleo que acentuaram a aceleração da inflação, aumento do desemprego e a desaceleração do crescimento econômico. Entretanto, faz-se importante notar que alguns anos antes, em 1971, o sistema de *Bretton Woods*, estabelecido no pós-Segunda Guerra Mundial, que ancorava as moedas ao dólar e este ao ouro, também terminaria, o que já era um sinal de que uma mudança de paradigma já estava posta: maior flexibilidade nas taxas de câmbio e, por conseguinte, a uma maior interdependência global. Todos esses fatores combinados criaram a “tempestade perfeita” que recairia sobre os ombros dos economistas adeptos a síntese neoclássica.

A agenda liberal ganhou força, de modo a retomar a liberalização dos mercados financeiros, a redução da intervenção estatal na economia e a ênfase na eficiência dos mercados para a alocação de recursos. Nesse novo contexto, as políticas econômicas passaram a buscar a estabilidade através da promoção da livre concorrência e do papel mínimo do Estado na economia.

A ideia central era que, ao permitir que os mecanismos de mercado operassem com pouca interferência, a economia encontraria seu equilíbrio natural. E essa mudança de paradigma teve implicações profundas nas políticas econômicas adotadas por diversos países,

influenciando desde a gestão macroeconômica até as estratégias de desenvolvimento (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005).

É nesse cenário de transformações que economistas que alertavam que as políticas macroeconômicas keynesianas eram ambiciosas em demasia e defeituosas teoricamente, ganharam projeção no debate público, caso de Friedman e Hayek. Ambos questionaram a efetividade do governo como um agente capaz de trazer bem-estar social para a sociedade. O governo é inerentemente ineficiente na tentativa de alcançar objetivos que podem ser satisfeitos por meio das trocas privadas, diziam. Tão logo, o monetarismo se tornaria o novo *mainstream* econômico (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005).

Os monetaristas afirmavam que a economia é autoajustável e reguladora. O Produto Interno Bruto nominal não era determinado pelo gasto, mas sim pelo controle da oferta monetária enquanto variável-chave nas mudanças econômicas. Assim, justificava-se a ineficiência de arbitrariedades na política fiscal, a menos que fosse acompanhada por alterações na oferta de moeda, conceito que mais tarde ficaria conhecido como a “Teoria Quantitativa Moderna da Moeda” (Brue, S. L, & Grant, R. R, 2004, p. 537).

Sobre essa teoria, de acordo com Friedman, a demanda por moeda era relativamente estável a curto prazo. Assim, caso os governos adotassem políticas discricionárias pautadas no gasto, em circunstâncias em que a economia está operando em seus níveis naturais de emprego e produção, somente os preços aumentariam no longo prazo. Uma vez que o nível de preços aumenta, a demanda por moeda também se eleva, dado que as pessoas necessitarão de mais dinheiro para comprar bens a preços mais altos. Como resultado, passado um período, o equilíbrio entre a quantidade de moeda fornecida e a demandada é restaurado, mas a um nível de preços mais alto. Assim se estabelecia a teoria quantitativa moderna da moeda (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005).

Segundo Friedman:

A demanda por moeda é altamente estável, mais estável que funções como a função consumo, que são estabelecidas como relações alternativas importantes. A inflação é sempre e em qualquer lugar um fenômeno monetário, produzido em primeira instância por um crescimento rápido na quantidade de moeda. Talvez não haja nenhuma outra relação empírica na economia que pareça ocorrer de forma tão uniforme sob uma variedade tão ampla de circunstâncias quanto a relação entre mudanças substanciais em pequenos períodos no estoque de moeda e nos preços: uma está invariavelmente ligada à outra e está na mesma direção; essa uniformidade é, eu imagino, da mesma ordem que muitas das uniformidades que formam a base das ciências físicas (Friedman, 1956, p. 20-21).

Portanto, os monetaristas eram renitentes na afirmação de que o ativismo fiscal se desdobraria em inflação e manutenção da taxa de desemprego no longo prazo. Políticas fiscais e monetárias discricionárias, estavam sujeitas a defasagens e incertezas, tornando difícil para seus formuladores temporizarem as intervenções com precisão. Em vez disso, defendiam uma abordagem previsível e baseada em regras para a política monetária, na qual o banco central se concentraria em manter uma taxa de crescimento constante na oferta de dinheiro (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005).

Conforme afirma Lopreato:

[...]A concordância com os princípios da inflação como um problema monetário, da neutralidade da moeda no longo prazo e da taxa natural de desemprego reforçou o comprometimento com o controle inflacionário e legou à política monetária, centrada agora na persecução de metas de inflação e não mais no controle de agregados monetários, o status de âncora nominal da política macroeconômica (Lopreato, 2013, p. 41).

Convém observar que a popularização das ideias monetaristas que floresciam grande parte na escola de Chicago, não se resignou ao debate técnico-econômico, mas também estiveram intrinsicamente ligadas ao avanço do conservadorismo político nos Estados Unidos e demais países. Basta relembrar dos princípios da correntes presentes na *Reaganomics*, conforme Milton Friedman afirmou:

Reaganomics tinha quatro princípios: impostos marginais baixos, menos regulamentação governamental, restrição em gastos públicos, política monetária não inflacionária. Embora Reagan não tenha alcançado todos os seus objetivos, ele fez muitos progressos (Friedman, 1993, p. 5).

A afirmação de Melvin W. Reder, ele mesmo um membro da escola de Chicago, também denota essa estratégia política, conforme afirmara:

O notável sucesso da escola de Chicago durante a terceira parte deste século deveu-se, em grande parte, ao fato de que ela foi capaz de assumir um papel importante tanto na pesquisa científica como na proteção ao conservadorismo. Sua capacidade de executar essas duas funções se deve à feliz combinação do talento científico e habilidade expositiva de Friedman e Stigler, mas talvez ainda mais à falência do conservadorismo intelectual e ao fim da Segunda Guerra Mundial. O efeito combinado da Grande Depressão no descrédito do capitalismo do laissez-faire e das suspeitas de Hitler sobre qualquer tipo de doutrina nacionalista-conservadora foi deixar o direito político com muito pouco apoio intelectual. Embora houvesse outros representantes do laissez-faire (por exemplo, o grupo de Mises), a valorização profissional e os cargos acadêmicos dos economistas de Chicago além de suas habilidades em comunicação não técnica lhes deram uma grande vantagem na disputa pela atenção ao apoio do público conservador durante as décadas que se seguiram a 1945 (Reder, M, 1982, p. 35).

3.2 Fim do keynesianismo? A ascensão da nova economia clássica

Alguns anos após os monetaristas, ganharia espaço na cena econômica a nova economia clássica. Segundo essa perspectiva, uma política macroeconômica bem-sucedida deveria focar na estabilidade e no controle intertemporal da política fiscal, ou seja, na disciplina fiscal, e em um arranjo institucional capaz de garantir o desempenho da política monetária como leme da política macroeconômica (Brue, S. L, & Grant, R. R, 2004, p. 540).

Defendida por economistas como Robert Lucas e Thomas Sargent, a escola nova clássica enfatizou as expectativas racionais dos indivíduos e a eficiência inerente dos mercados, de tal modo que essa linha de pensamento diferiu significativamente das visões keynesianas e monetaristas anteriores (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005).

Aos olhos dos economistas da nova economia clássica, a política fiscal foi vista através da teoria das expectativas racionais. As expectativas racionais sustentavam que os indivíduos na economia formam expectativas sobre o futuro com base em todas as informações disponíveis. Nesse contexto, os economistas da nova economia clássica argumentaram que qualquer tentativa do governo de usar a política fiscal para influenciar os resultados econômicos seria antecipada por agentes racionais, levando-os a ajustar seu comportamento de acordo (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005).

Robert E. Lucas Jr, um dos principais nomes da corrente, sustentava que os participantes do mercado refletem sobre seus erros, processam todas as informações disponíveis e conseguem eliminar regularidades nos erros ao prever mudanças futuras nos níveis de preços. Quando as pessoas percebem que as políticas de expansão fiscal e monetária geram inflação, elas ajustam imediatamente suas expectativas de inflação para um nível mais alto do que quando o governo implementa essas políticas. Isso, por sua vez, leva a reajustes nos mercados de bens e financeiros, como salários nominais mais altos para trabalhadores, salários mais altos para fornecedores de matérias-primas, e taxas de juros nominais mais elevadas para aqueles que emprestam dinheiro. Essas reações às expectativas de inflação tornam as políticas fiscais e monetárias ineficientes, uma vez que essas políticas aumentam diretamente e imediatamente a taxa de inflação ao longo da curva vertical de Phillips no longo prazo (Brue, S. L, & Grant, R. R, 2004, p. 543).

Essa perspectiva contrastava fortemente com as visões keynesianas anteriores, que enfatizavam o potencial da intervenção governamental para suavizar as flutuações econômicas.

Outro ponto chave da nova economia clássica foi o conceito de “Equivalência Ricardiana”, proposto por Robert Barro. Segundo essa teoria, os indivíduos têm uma visão de longo prazo e, portanto, quando o governo implementa políticas fiscais financiadas por déficits, como cortes de impostos ou aumento de gastos, agentes racionais antecipam as futuras cargas tributárias necessárias para pagar a dívida resultante. Como resultado, os indivíduos aumentam suas economias para compensar os impostos futuros esperados mais altos, anulando os efeitos de estímulo pretendidos da política fiscal (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005).

A equivalência ricardiana pressupõe que os consumidores têm expectativas racionais e perfeitas informações sobre as implicações futuras da política fiscal. No entanto, na prática, as expectativas dos consumidores podem ser limitadas, e eles podem não reagir da maneira prevista pela teoria. Por exemplo, em uma sociedade com assimetrias de informação, onde diferentes grupos têm acesso a diferentes níveis de conhecimento econômico, a equivalência ricardiana pode não se manter, pois alguns grupos podem não antecipar adequadamente as implicações fiscais futuras. Em situações de restrições de liquidez, onde os consumidores podem não ter acesso fácil a crédito, a Equivalência Ricardiana pode ser menos relevante. Além disso, em momentos de recessão econômica, quando as pessoas podem estar mais preocupadas com a falta de emprego do que com futuros aumentos de impostos, os efeitos podem ser diferentes do previsto pela teoria (Snowdon, B, & Vane, H. R, 2005).

Em resumo, a nova economia clássica tinha uma visão cética sobre a eficácia da política fiscal como ferramenta para gerenciar a economia. expectativas racionais, equivalência ricardiana e a hipótese de mercado eficiente formaram coletivamente um conjunto de teorias que questionava a capacidade de medidas fiscais discricionárias influenciarem os resultados econômicos. Em vez disso, defendiam uma maior dependência de mecanismos de mercado e destacavam a importância de considerar o comportamento antecipatório dos agentes racionais na formulação de políticas econômicas.

Lucas e os demais representantes da nova economia clássica também fizeram duras críticas aos modelos keynesianos. Os problemas que eles viam eram relacionados, principalmente, a dois pontos:

1. Os fundamentos microeconômicos do modelo keynesiano eram fracos, pois assumiam que os mercados não se equilibram adequadamente.
2. Tanto os modelos keynesianos quanto os modelos monetaristas usavam uma ideia sobre como as pessoas formam suas expectativas que não estava de acordo com o comportamento de maximização típico na economia. Em vez disso, eles usavam uma ideia chamada "expectativas adaptativas", que era menos precisa do que o comportamento "racional".

Conforme afirma Snowden & Vane:

Esses problemas eram tão sérios que Lucas escreveu um artigo chamado "A Morte da Economia Keynesiana", onde ele dizia que as pessoas ficavam ofendidas se fossem chamadas de keynesianas e que as teorias keynesianas não eram levadas a sério em seminários de pesquisa. Outros economistas, como Blinder, também notaram que, por volta de 1980, era raro encontrar um economista americano com menos de 40 anos que se considerasse keynesiano. Foi uma mudança intelectual muito surpreendente em menos de uma década, quase como uma revolução na forma como os economistas viam a economia (Snowdon, B. & Vane, H. R., 2005, p. 358).

No entanto, os declínios econômicos e as complexidades dos anos 1980 apresentaram desafios que levaram a uma reavaliação da hegemonia e do quadro teórico da nova economia clássica. A gravidade e imprevisibilidade dos declínios econômicos nos anos 1980, como a crise da dívida na América Latina e a crise das associações de poupança nos Estados Unidos, revelaram limitações na capacidade dos modelos baseados na teoria de que os mercados são intrinsecamente autoajustáveis e eficientes, e que os indivíduos possuem expectativas racionais, permitindo-lhes antecipar e reagir de maneira ideal às mudanças, justamente de prever e explicar tais eventos (Brue, S. L., & Grant, R. R., 2004).

A suposição de eficiência de mercado perfeito foi questionada, uma vez que evidências apontavam para imperfeições de mercado e restrições informacionais. Os mercados financeiros, em particular, exibiram comportamentos que se afastavam da hipótese de mercado eficiente e a ocorrência de bolhas especulativas e crises financeiras questionou a noção de que os mercados incorporam consistentemente e refletem todas as informações disponíveis (Brue, S. L., & Grant, R. R., 2004).

De modo particular, a crença na eficácia limitada de intervenções governamentais discricionárias, foram examinadas diante do persistente desemprego durante os anos 1980 e a abordagem monetarista para controlar a inflação por meio de rígidas metas de oferta monetária também enfrentou desafios à medida que as taxas de desemprego permaneceram elevadas em algumas regiões. Isso levou ao desenvolvimento de novas teorias e abordagens que incorporaram insights da economia comportamental, finanças e uma compreensão mais avançada do papel do governo na economia. As crises dos anos 1980 serviram como catalisador para a evolução do pensamento econômico, levando os economistas a revisitar e adaptar suas bases teóricas em resposta às complexidades reveladas por eventos econômicos do mundo real (Brue, S. L, & Grant, R. R, 2004).

Nesse contexto, a afirmação de Lucas sobre o fim da economia keynesiana parecia ser apressada. Alguns economistas acreditavam que essas ideias estavam ressurgindo após um período de críticas. Para responder à questão sobre se a economia keynesiana estava "morta" ou não, Tobin (1987) deu uma resposta clara em seu ensaio "O Futuro da Economia Keynesiana":

Uma das razões pelas quais a economia keynesiana tem um futuro é que as teorias concorrentes sobre as flutuações econômicas não têm... Eu arrisco a previsão de que nenhuma das duas espécies de teorias de ciclos econômicos oferecidas pela nova macroeconomia clássica será considerada como explicações sérias e credíveis das flutuações econômicas daqui a alguns anos. Qualquer teoria de ciclo que surja em uma nova síntese terá elementos importantes do pensamento de Keynes... Sim, a economia keynesiana tem um futuro porque é essencial para a explicação e compreensão de uma série de observações e experiências passadas e presentes, que abordagens macroeconômicas alternativas não conseguem esclarecer (Tobin, 1987, p. 10)

Os novos keynesianos e o novo consenso macroeconômico emergiram como abordagens que buscavam incorporar elementos tanto das teorias clássicas quanto das keynesianas. Ambas as correntes ganharam destaque à medida que os economistas procuravam desenvolver modelos mais realistas e flexíveis que pudessem explicar fenômenos econômicos observados no mundo real.

4. DE VOLTA AOS HOLOFOTES: OS NOVOS KEYNESIANOS E O NOVO CONSENSO MACROECONÔMICO

Após a escola monetarista e a nova economia clássica terem seus pilares teóricos questionados com as crises de 1980 e 1990, novamente despontou na cena econômica grupos de economistas que buscavam integrar conceitos-chave do pensamento keynesiano com elementos da teoria econômica mais tradicional. Essa fusão de ideias deu origem aos chamados "novos keynesianos", uma corrente que resgata princípios fundamentais de Keynes, mas incorpora ajustes e desenvolvimentos para lidar com as críticas e limitações percebidas nas teorias anteriores.

O Novo Consenso Macroeconômico, por sua vez, representa uma tentativa de síntese entre as visões neoclássica e keynesiana. Essa perspectiva busca conciliar a eficácia dos mercados na alocação de recursos, um princípio caro aos economistas neoclássicos, com a compreensão das imperfeições e rigidez dos mercados, uma contribuição central dos keynesianos. Em resumo, a escola representa um ponto de equilíbrio entre diferentes tradições econômicas, procurando fornecer um quadro mais abrangente e flexível para a compreensão e gestão da atividade econômica.

4.1 Entre tradição e renovação: a contribuição dos novos keynesianos ao panorama econômico.

A persistência do alto desemprego na Europa durante os anos 1980 e 1990 questionou a credibilidade das explicações de equilíbrio econômico dos novos clássicos, ao mesmo tempo em que fortalecia um grupo de economistas que, como bem deduzira Tobin (1987), estavam calcados em pressupostos keynesianos. Isso levou ao surgimento do novo keynesianismo, uma resposta à crise teórica dentro da economia keynesiana, exposta por Lucas nos anos 1970.

Keynes deu mais ênfase à política fiscal como meio de estabilização econômica, enquanto os novos keynesianos reconhecem o papel importante da política monetária. Eles frequentemente propõem regras para a política monetária, como a regra de Taylor, que sugere ajustes sistemáticos nas taxas de juros em resposta às condições econômicas. Os Novos Keynesianos geralmente incorporam a hipótese de "rigidez nas expectativas", permitindo que as expectativas dos agentes econômicos mudem gradualmente em resposta a novas informações. Keynes, por outro lado, não pressupunha expectativas racionais, reconhecendo

que os agentes econômicos muitas vezes baseavam suas decisões em informações limitadas e incertas.

Para além dessas diferenças, os adeptos da escola buscaram corrigir as falhas no modelo keynesiano anterior, construindo uma teoria coerente da oferta agregada que pudesse explicar e fortalecer conceitos, antes tidos como pontos fracos, como é o caso das rigidezes salariais e de preços, isto é, a defesa de que os preços e os salários não se ajustam instantaneamente às mudanças na oferta e na demanda. Sob esse prisma, define-se que esses ajustes são lentos e, na maior parte das vezes, imperfeitos, dado a existência de falhas de mercado, como poder de barganha imperfeito, concorrência imperfeita e informações assimétricas, podendo levar a distorções na economia. Assim, a política fiscal é vista como um meio de abordar essas fricções de curto prazo (Sicsú, J, 1999, p. 330).

Conforme afirma o João Sicsú no seu paper “Keynes e os Novos Keynesianos”:

Salários e preços rígidos não são o extremo oposto de salários e preços integralmente flexíveis. Rigidez não é o contrário de flexibilidade. Rigidez e flexibilidade são propriedades que se referem, ambas, à velocidade de ajuste de variáveis econômicas. Para os novos-keynesianos, um preço plenamente flexível eliminaria instantaneamente excessos de oferta ou demanda: somente com preços integralmente flexíveis poderia ser válida a afirmativa de que mercados se auto equilibram automaticamente. Entretanto, segundo essa nova versão keynesiana, o preço rígido de uma determinada mercadoria também caminha na direção do nível que equilibraria o seu mercado. Contudo, tal deslocamento seria extremamente lento. Portanto, variáveis rígidas são variáveis lentas – e não variáveis fixas. Em consequência, o tempo de ajuste se tornaria demasiadamente longo na presença de variáveis rígidas. É nesse sentido que o termo rígido é utilizado por novos-keynesianos (Sicsú, J, 1999, p. 331).

Conforme defende Sicsú, no curto prazo, que é o principal foco dos novos-keynesianos, o grande desafio foi explicar por que os preços e salários não se ajustam rapidamente. Nesse sentido, entendem que qualquer redução na demanda afeta apenas a quantidade produzida, representando uma curva de oferta agregada perfeitamente elástica. Além disso, no mercado de trabalho, os salários reais são rígidos, levando a um excesso de oferta de mão-de-obra.

Já no longo prazo, quando os mercados se ajustam naturalmente por meio de mudanças nos preços e salários, a oferta agregada é rígida e não há desemprego involuntário. Nesse contexto, a teoria microeconômica tradicional, chamada de micro walrasiana, e a macroeconomia novo-clássica são consideradas úteis. Portanto, os novos keynesianos não negam a escola novo-clássica, apenas a consideram inadequada para o curto prazo, onde se concentra suas análises (Sicsú, J, 1999, p. 333).

Em síntese, é uma abordagem que busca novamente integrar a teoria de Keynes com os princípios da economia neoclássica, enfatizando a importância da demanda agregada, as imperfeições do mercado e a necessidade de políticas governamentais para fomentar a estabilidade econômica, em uma tentativa de equilibrar as perspectivas de duas influentes correntes de pensamento econômico. (Sicsú, J, 1999, p. 333).

4.2 Economia em equilíbrio: desvendando o novo consenso macroeconômico.

Assim como os novos keynesianos, o novo consenso macroeconômico emergiu nas décadas de 1980 e 1990 como uma resposta à crescente insatisfação com as teorias macroeconômicas predominantes no período. Economistas como Blinder (1997) e Blanchard (1997), passaram a defender a criação de uma escola que aprimorasse conceitos de diferentes visões, como dos monetaristas, dos novos clássicos, dos novos keynesianos e os defensores da teoria dos ciclos econômicos reais.

Como Taylor (1997, p. 233) esclarece, esse consenso representa um conjunto fundamental de conceitos que oferece proposições sobre a compreensão do processo de crescimento econômico nas economias capitalistas, podendo ser expressos, de modo breve, em alguns pontos essenciais:

- a) Uso da teoria neoclássica do crescimento: quando se analisa como a economia se comporta em relação ao crescimento econômico a longo prazo, os economistas adeptos ao novo consenso macroeconômico usam a teoria neoclássica do crescimento, que basicamente significa olhar para como a capacidade de produção de uma economia muda ao longo do tempo. Em termos simples, eles acreditam que é válido dividir as flutuações econômicas em duas partes: a parte que é de longo prazo e a parte que é de curto prazo;
- b) Neutralidade da política fiscal e monetária a longo prazo: no longo prazo, os economistas concordam que não é possível fazer uma troca entre a taxa de inflação (aumento geral dos preços) e o desemprego (pessoas sem emprego). Eles acreditam que, se o governo tentar criar empregos através de políticas que estimulem a economia, isso levará a um aumento da inflação, mas o desemprego permanecerá inalterado. Portanto, eles dizem que o Banco Central deve definir uma meta de inflação para o longo prazo e se ater a ela. (Taylor, 1997);
- c) Sem espaço para discricionariedade fiscal: no curto prazo existe uma compensação temporária entre a inflação e o desemprego. Esse resultado, presente em estudos de

Fischer (1977), Taylor (1979) e Calvo (1983), deriva da hipótese de expectativas racionais com rigidez nos preços e salários. Isso significa que, em um período curto, o governo pode reduzir a taxa de desemprego aumentando a inflação ou vice-versa. Mas Taylor (1997, p. 234) argumenta que, mesmo que essa troca seja possível no curto prazo, o governo deve manter a estabilidade do crescimento da demanda agregada para evitar flutuações na produção real e na inflação;

- d) Transparência nas informações: a maneira como as pessoas esperam que a economia se comporte é muito sensível às políticas econômicas adotadas. Portanto, é crucial que os formuladores de políticas forneçam informações sobre como estão gerenciando os principais indicadores econômicos e como planejam agir no futuro. Além disso, o uso da previsão da inflação como uma meta intermediária é importante para complementar as informações disponíveis para as pessoas;
- e) Preponderância da política monetária sobre a fiscal: a demanda agregada, que é a quantidade total de bens e serviços que as pessoas e as empresas estão dispostas a comprar, responde de forma significativa à taxa de juros. Isso significa que quando o governo muda a taxa de juros, isso afeta diretamente a quantidade de gastos na economia.

Nesse aspecto, o novo consenso macroeconômico possui uma visão peculiar sobre o papel da política fiscal na economia, de maneira a representar uma mudança significativa em relação às visões mais tradicionais, especialmente as associadas ao keynesianismo.

A escola advoga por uma ênfase na neutralidade da política fiscal no longo prazo. Argumenta-se que, ao longo do tempo, mudanças na política fiscal, como alterações nos gastos do governo ou nas taxas de imposto, podem não ter um impacto sustentável no produto interno bruto (PIB) ou no nível de emprego. Isso implica que, diferentemente das visões keynesianas, o novo consenso é frequentemente cético em relação aos altos multiplicadores fiscais. Argumenta-se que os efeitos multiplicadores da política fiscal podem ser mais modestos do que sugerido por algumas teorias, especialmente quando os agentes econômicos ajustam seu comportamento em resposta às mudanças na política (Teixeira, A. M, & Missio, F. M, 2011).

A estabilidade dos preços é considerada fundamental para o bom funcionamento da economia. Portanto, regras fiscais são condições *sine qua non* para oferecer uma estrutura

previsível que pode ajudar a criar expectativas claras para os agentes econômicos, contribuindo para a estabilidade macroeconômica

Nesse contexto, define Lopreato:

[...]o espaço da política fiscal acabou limitado e distante da proposta original de Keynes e passou a ser encarada como âncora de outras variáveis macroeconômicas. Sujeitas a regras e restrições institucionais, a política fiscal perdeu força e assumiu o papel de instrumento coadjuvante na administração da demanda agregada, embora fundamental no balizamento das expectativas dos agentes de mercado e na defesa das condições de valorização do capital privado (Lopreato, 2013, p. 45).

Em resumo, o Novo Consenso representa uma abordagem abrangente e integrada que destaca a importância de políticas fiscais responsáveis para manter a sustentabilidade da dívida pública em relação ao PIB. Este novo paradigma enxerga a estabilidade monetária como pilar fundamental para fomentar um ambiente propício ao desenvolvimento econômico sustentável. Assim, a estabilidade de preços é crucial nesse entendimento, com uma política monetária ajustada para prevenir flutuações excessivas, enquanto a ancoragem da política fiscal é utilizada para consolidar expectativas e influenciar a confiança dos agentes econômicos (Teixeira, A. M, & Missio, F. M, 2011, p. 275).

O novo consenso exerceu um papel fundamental durante a “Grande Moderação”, período caracterizado por menores flutuações no produto interno bruto (PIB), inflação mais controlada e taxas de desemprego mais estáveis, principalmente nas economias desenvolvidas, durante as décadas de 1990 a meados da década de 2000. Ao influenciar as políticas econômicas em direção à estabilidade de preços, credibilidade das instituições, maior independência do banco central e uma abordagem mais orientada por regras e metas de longo prazo, a escola contribuiu para o ambiente de menor volatilidade econômica nas economias centrais observado durante esse período. No entanto, não demoraria para que sustentáculos do consenso fossem abalados com as grandes crises que ocorreriam na segunda metade do século XXI.

Conforme será explorado no próximo capítulo, dada a natureza dinâmica da economia, em situações atípicas, torna-se imperativo adotar abordagens consideradas não convencionais. Isso tem gerado incertezas sobre a sustentabilidade, a longo prazo, do paradigma estrutural que o pensamento econômico predominante defende, principalmente no tocante a uma necessidade de mudança do papel secundário que a política fiscal tem nas principais economias.

5. POLÍTICA FISCAL NO FRONT DAS CRISES: UMA AVALIAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS NA PANDEMIA DE COVID-19.

As últimas décadas foram marcadas por desafios econômicos globais significativos, desde a crise dos *subprimes*, passando pelas complexidades da zona do euro e, mais recentemente, com a pandemia de Covid-19. Como resultado, os governos do mundo todo se viram diante de testes rigorosos, exigindo respostas rápidas e eficazes para controlar os desdobramentos dessas crises. A necessidade de aumentar os gastos públicos, seja para impulsionar a recuperação econômica e social ou para enfrentar emergências de saúde pública, tornou-se uma condição essencial.

Portanto, este capítulo explora como a política fiscal saiu de um papel secundário que ocupava até a segunda metade dos anos 2000, para uma posição de destaque diante das crises do século XXI, com ênfase especial na resposta à crise da Covid-19. Examina-se de que maneira os governos mobilizaram instrumentos fiscais para lidar com os desafios impostos. Além do mais, destaca-se as recomendações de organismos multilaterais proeminentes, que replicam em seus boletins as principais visões econômicas e de que forma elas dialogam – ou não - com a realidade dos países, como é o caso do Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), à respeito do papel crucial da política fiscal como ferramenta fundamental para mitigar os impactos da crise da Covid-19.

5.1 Respostas governamentais e desafios financeiros na crise do *subprime* e da Zona do Euro.

Antes da crise de 2008, com base no novo consenso macroeconômico, prevaleceu por anos a teoria da "contração fiscal expansionista". Essa ideia, que ganhara força com os trabalhos de autores como Giavazzi e Pagano (1990) e Alesina e Perotti (1995) ao examinarem casos de ajustes fiscais na Europa durante os anos 1980, afirmava que efeitos expansionistas, através dos multiplicadores do gasto público, eram limitados e seriam superados pelos efeitos contracionistas resultantes da deterioração das expectativas dos agentes devido ao agravamento do desempenho fiscal e ao aumento da dívida pública (Dweck, E, & Teixeira, A. M, 2017, p. 4).

Após a crise econômica global de 2008, cuja origem se dá no setor imobiliário dos Estados Unidos, os ventos mudaram. Os efeitos da crise se espalharam globalmente, afetando diversos setores da economia. Diante desse problema, vários países adotaram de forma intensiva a política fiscal para impulsionar a demanda agregada a fim de evitar a intensificação da crise.

O próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), que desempenhou um papel significativo na divulgação das ideias de austeridade fiscal, contribuiu para o debate sobre o tema, ao divulgar um documento assinado pelo seu economista principal, Blanchard, no qual os autores reconhecem que a gravidade da recessão em curso demandava uma revisão de todo o conhecimento que se acreditava estar solidificado sobre a política econômica desde o período conhecido como "A grande moderação" (Dweck, E, & Teixeira, A. M, 2017, p. 5).

Com isso, medidas como o estímulo à demanda agregada, com a finalidade de lidar com a desaceleração econômica resultante da crise e impulsionar o consumo e os investimentos para evitar uma recessão mais profunda; resgate de instituições financeiras, com muitos governos intervindo diretamente no setor financeiro para evitar colapso de bancos, seguradoras, e assim restaurar a confiança dos investidores e consumidores; redução de impostos para estímulo econômico, sendo que em alguns casos houve cortes de impostos para aumentar a renda disponível das famílias e das empresas com vista a estimular a demanda agregada; são exemplos do instrumental fiscal utilizado na crise dos *subprimes* que mostra a maneira pela qual houve uma guinada com a política fiscal voltando a ocupar os holofotes.

Esses eventos de proporções globais levaram os organismos internacionais e governos a reconhecerem a necessidade de seu uso mais ativo a fim de enfrentar desafios econômicos com consequências estruturais. Segundo Blanchard:

Os objetivos finais da política fiscal devem ser alcançar um hiato do produto estável e inflação estável. Mas a crise deixou claro que os formuladores de políticas precisam observar muitas metas, incluindo a composição da produção, o comportamento dos preços dos ativos e a alavancagem de diferentes agentes. Também deixou claro que eles têm potencialmente muito mais instrumentos à sua disposição do que usavam antes da crise. O desafio é aprender a usar esses instrumentos da melhor forma. A combinação da tradicional política monetária e ferramentas de regulação, e o desenho de melhores estabilizadores automáticos para a política fiscal, são duas rotas promissoras. Estes precisam ser mais explorados (Blanchard *et.al*, 2010, p. 16).

Ainda assim, mesmo com vozes influentes no *mainstream* econômico, como Blanchard, tendo levantado tais observações, o debate sobre a primazia da política fiscal

precisou de mais tempo para amadurecer. A adoção de medidas fiscais pelas principais economias enfrentou obstáculos relacionados à resistência política, divergências de opinião sobre a eficácia e as restrições orçamentárias que muitos países enfrentaram. Esses fatores contribuíram para a persistência de debates e para a necessidade de aprofundamento na compreensão do papel da política fiscal em momentos de crise. Isso ficou claro após a sequência de eventos que decorreu diretamente da crise dos *subprimes*, a exemplo da crise da zona do euro em 2008.

Caracterizada por problemas estruturais e desafios orçamentários específicos nos países membros, a crise expôs, mais uma vez, a necessidade de debates significativos sobre a eficácia da política fiscal como resposta a desafios econômicos complexos. A natureza única da zona do euro, onde países compartilham uma moeda comum, mas mantêm políticas fiscais independentes, complicou a formulação de respostas unificadas (Blikstad, N. M, & Oliveira, G. C, 2018, p. 433).

Inicialmente, a ênfase foi colocada mais uma vez nas medidas de austeridade fiscal em alguns países para lidar com os elevados níveis de endividamento e os desequilíbrios fiscais. Essa posição foi adotada tendo como respaldo a teoria da "contração fiscal expansionista" exposta, acreditando que a confiança em políticas fiscais austeras e o compromisso com a sustentabilidade da dívida pública fosse gerar efeitos positivos nas expectativas dos agentes econômicos, impulsionando os investimentos e a taxa de crescimento. Na prática, essa abordagem trouxe consigo custos significativos, incluindo uma recessão prolongada, altas taxas de desemprego e crescentes desigualdades sociais nos países europeus mais fragilizados economicamente, como foi o caso dos “*PIIGS*”, sigla jocosa, usada principalmente pelos ingleses, para denominar Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha (Dweck, E, & Teixeira, A. M 2017, p. 5).

Para evitar o alastramento da crise para todo o bloco, países com melhores condições fiscais, como a Alemanha, foram instados a aumentar os gastos públicos para estimular a demanda agregada na zona do euro. No fim das contas, o impacto adverso das políticas calcadas na “contração fiscal expansionista”, levou a uma reavaliação do papel da austeridade fiscal na gestão da crise e, como já apontava Blanchard, a necessidade de uma abordagem mais equilibrada da política fiscal tornou-se evidente (Blikstad, N. M, & Oliveira, G. C, 2018, p. 434).

5.2 Desdobramentos da Política Fiscal na Resposta à Pandemia

Mais recentemente, com a emergência da pandemia do coronavírus, a importância da política fiscal como um instrumento-chave para a recuperação econômica e social se fez imprescindível como nunca. Os governos foram obrigados a agir de forma rápida e decisiva para enfrentar a disseminação do vírus e seus impactos econômicos.

Para se ter uma ideia da gravidade da situação, cerca de um mês após o início da crise, 151 países já tinham adotado alguma forma de proteção social para amenizar seus efeitos. Até dezembro de 2020, esse número aumentou para 222 países e territórios que implementaram pelo menos uma medida de proteção social (Soares, F. V, & Orair, R. O, 2021, p. 69).

Estima-se que pelo menos US\$ 2,9 trilhões, o que correspondeu a cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) global no período e representou aproximadamente 18% do montante total anunciado em ações fiscais, foram utilizados em programas de proteção social ao longo de 2020 para combater as consequências da Covid-19. Uma resposta única na história recente do mundo, refletindo um volume de gastos em medidas de proteção social que foi, aproximadamente, 4,5 vezes superior ao observado durante a resposta à crise financeira de 2007-2008 (Soares, F. V, & Orair, R. O, 2021, p. 69).

A adoção de respostas ágeis por uma série de países evitou que o PIB mundial despencasse. Segundo estimativas do próprio FMI, a contração do PIB global teria sido três vezes mais intensa se Estados prescindissem de medidas fiscais essenciais para o enfrentamento da crise. Entretanto, embora a resposta fiscal e de proteção social tenha suavizado os impactos no padrão de vida da população em geral, por outro lado, não foi possível evitar certas mazelas, como foi o caso do aumento do desemprego e redução da oferta de trabalho a nível mundial, especialmente em setores de alto contato (FMI, 2021, p. 30).

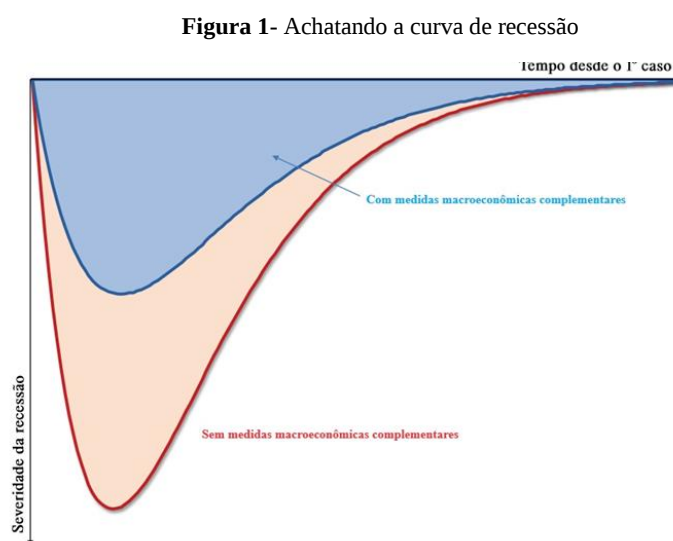
Inúmeras disparidades se tornaram nítidas, sendo uma delas as distintas taxas de recuperações entre diferentes setores das economias, sendo muito afetados aqueles que mais empregam, o que deixou nítido a importância de não retirar imediatamente as medidas fiscais de apoio (FMI, 2021, p. 31).

Baldwin e Mauro (2020) ilustraram bem como a Covid-19 afetou o processo produtivo, seja diretamente pelo adoecimento e eventual morte de trabalhadores, seja indiretamente pelos choques provocados pelas medidas de contenção com a interrupção das

atividades econômicas. Isso pode ser lido como um duplo impacto na demanda, com a redução do consumo das famílias e a revisão dos planos de investimentos das empresas, além do impacto na oferta, devido à interrupção das cadeias de produção e distribuição tanto no âmbito doméstico quanto internacional.

No mesmo caminho que Baldwin e Mauro, Gourinchas (2020, p. 34) ilustrou, conforme se apresenta na figura 1, a produção perdida durante uma desaceleração econômica acentuada e intensa provocada pela Covid-19, amplificada pelas decisões econômicas de milhões de agentes econômicos que tentam se proteger cortando gastos, adiando investimentos, reduzindo o crédito e, em geral, se precavendo.

Note que, mesmo com a implementação de medidas de contenção, uma recessão ocorreria de qualquer forma, alimentada pelo comportamento cauteloso e/ou de pânico de famílias e empresas diante da incerteza de lidar com uma pandemia sem uma resposta adequada em saúde pública, fato que explica o gráfico ser negativo.



Fonte: Gourinchas, 2020

Tais choques de oferta e demanda levaram a uma crise de liquidez das empresas mais diretamente afetadas, e em alguns casos, desdobraram-se até mesmo crises financeiras, fomentando um processo vicioso envolvendo demissões, falências de negócios, insolvência de empresas e bancos, resultando em reduções ainda maiores no consumo e nos investimentos.

Na ausência de um suporte macroeconômico adequado, pode-se inferir que a desaceleração econômica é ilustrada pela curva vermelha. A linha, junto com a área sombreada em vermelho adicional, representa a perda suplementar de atividade econômica

quando a própria economia é 'infectada', dando início aos diversos mecanismos de retroalimentação negativa e amplificação descritos anteriormente (Gourinchas, 2020, p. 34).

Já a área sombreada em azul representa como seria a desaceleração econômica se conseguíssemos evitar qualquer impacto econômico adicional, ou seja, limitar a perda de atividade econômica à produção perdida durante o período de restrições de saúde pública. Não por acaso, as ações que contribuem para resolver a crise de saúde podem intensificar a crise econômica - pelo menos no início e temporariamente. Disso, deduz-se que uma abordagem mais rígida na saúde impõe restrições econômicas mais amplas, resultando em uma área sombreada em azul mais abrangente (Gourinchas, 2020, p. 35).

Propôs-se então um conjunto de medidas no campo da política fiscal que podem ser resumidas no seguinte quadro:

Quadro 1- Medidas de Apoio Econômico durante a Crise

Medidas	Descrição
Ampliar recursos para atender a emergência sanitária de maneira oportuna	Uso de fundos de estabilização, itens orçamentários suplementares, realocação de gastos, criação de fundo de emergência, relaxamento de regras fiscais
	Processos extraordinários de compras públicas e contratação direta de bens e serviços para COVID-19, incluindo ajuda a governos subnacionais
	Eliminação ou redução temporária de tarifas de bens sanitários, simplificação de processos de importação
Proteger a receita das famílias vulneráveis	Aumento de transferências ou um bônus único (programas sociais e seguro desemprego)
	Ampliação de prazos de pagamento de impostos (moratória)
	Eliminação, redução ou moratória de contribuições à seguridade social para trabalhadores independentes
Proteger temporariamente a liquidez das empresas afetadas pela crise	Serviços públicos (moratória de pagamentos e proibição de corte)
	Ampliação de prazos de pagamento de impostos (moratória), isenção ou adiamento temporário de contribuições patronais para a seguridade social
	Subsídios temporários ao empregado
Fortalecer a capacidade do governo para continuar executando gastos e prestando serviços básicos na crise	Linha de crédito/garantias a empresas focalizadas (ex. PMEs) para evitar perdas de empregos
	Mecanismos de coordenação intergovernamental (incluindo governos subnacionais), funcionamento remoto de sistemas informatizados, trabalho remoto, operações on-line, etc
Começar a delinear um plano de recuperação econômica, social e fiscal pós-pandemia	Planos de recuperação econômica e fiscal

Fonte: Gourinchas, 2020. Elaboração própria.

O objetivo dessas propostas era não só conter a disseminação do vírus, mas também amenizar os impactos da pandemia na economia e nos meios de vida das pessoas. A intenção era evitar que a recessão se transformasse em uma depressão econômica e social. Logo, isso passou pela defesa de uma política fiscal ativa, que envolvesse o aumento de transferências para famílias e empresas, assim como a renúncia ou o adiamento de receitas fiscais.

5.3 A visão dos organismos multilaterais frente à pandemia: FMI, OCDE, BID e UNCTAD

Um exemplo prático das medidas que os governos em geral lançaram mãos para enfrentar a pandemia pode ser sintetizada nas cartilhas dos principais organismos multilaterais com objetivo de fornecer diretrizes para o combate a crise. Tanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) quanto a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e UNCTAD, cada um à sua respectiva maneira, destacaram a importância da política fiscal como uma ferramenta fundamental para mitigação de danos.

Para o Fundo Monetário Internacional (FMI), a política fiscal é considerada indispensável durante pandemias, sendo vital para preservar vidas e proteger a população. Conforme afirmam no seguinte trecho: "em tempos de pandemia, a política fiscal é indispensável para salvar vidas e proteger a população. Os governos têm que fazer o que for necessário. Mas devem também guardar os recibos" (FMI, 2020). A orientação fornecida pelo FMI destaca três princípios cruciais que devem guiar a atuação dos países:

1. **Assistência direcionada:** os auxílios financeiros devem ser direcionados às famílias, garantindo acesso a produtos e serviços básicos, bem como mantendo um padrão de vida digno. Simultaneamente, é essencial oferecer apoio a empresas viáveis para evitar impactos duradouros na demanda agregada, limitando potenciais falências e demissões em massa.
2. **Mobilização eficiente de recursos temporários:** a alocação de recursos substanciais deve ser temporária e eficiente, com transparência no gasto público. Isso implica em contabilização precisa, adoção de procedimentos que permitam avaliação *ex post* e prestação de contas. Os governos devem aderir aos princípios de boa governança, assegurando que todas as ações para mitigar a crise sejam devidamente registradas.
3. **Avaliação e divulgação dos riscos fiscais:** dada a não imediata repercussão sobre o déficit e a dívida, é crucial avaliar, monitorar e divulgar os riscos fiscais associados às medidas adotadas. O FMI destaca, como exemplo, a possibilidade de garantias públicas a empréstimos concedidos a empresas, alertando para os custos que podem surgir se estas não honrarem suas obrigações no futuro.

Por fim, o FMI enfatiza a importância de um estímulo fiscal coordenado globalmente, dada a natureza global da crise. A coordenação efetiva amplifica a eficácia das políticas públicas, embora seja imperativo reconhecer as disparidades entre os países, especialmente no que diz respeito às suas capacidades de financiamento (FMI, 2020).

Já a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ao analisar os padrões comuns nos pacotes de enfrentamento à pandemia entre seus países membros, elaborou um abrangente plano de ação em duas fases de resposta emergencial. Este plano delineia objetivos prioritários e o escopo da política fiscal, estabelecendo uma lógica causal que reflete a dinâmica evolutiva dos eventos. (Soares, F. V, & Orair, R. O, 2021, p. 69). Os principais focos são:

1. **Contenção e mitigação da crise sanitária:** a primeira fase concentra-se na contenção imediata da crise sanitária, visando equacionar o hiato entre a capacidade de prestação de serviços intensivos em saúde e a urgência desses serviços. Para alcançar esse equilíbrio, a OCDE destaca a importância de medidas como o suporte de renda para famílias e um pacote de liquidez para empresas. Essas ações são fundamentais para permitir a implementação e manutenção eficaz de medidas de distanciamento social, ao mesmo tempo em que buscam achatamento da curva de casos de Covid-19.
2. **Ampliação do escopo de ações:** a segunda etapa do plano visa à expansão das iniciativas da fase anterior. Além de fornecer leitos hospitalares, testes de Covid-19, equipamentos médicos e outros insumos, as autoridades devem antecipar possíveis novas ondas da pandemia. Isso implica a necessidade de direcionar esforços para o desenvolvimento contínuo de sistemas de monitoramento e rastreamento, bem como para a pesquisa de novos tratamentos e vacinas. Simultaneamente, é crucial manter uma vigilância atenta sobre o escopo das medidas de suporte à liquidez, ajustando-as conforme a evolução do panorama pandêmico, podendo ser necessário estendê-las para lidar com desdobramentos imprevistos.

Para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao se pensar na formulação da política fiscal para enfrentar a tripla crise da covi-19:

[...] é preciso ter em mente que grande parte da recessão não é uma consequência indesejada da pandemia, mas uma resposta provocada de política pública para diminuir a presença no trabalho, com o objetivo expresso de salvar vidas. Ou seja, os cidadãos e seus governos decidem pagar o custo de se isolar e sacrificar renda para

salvar sua própria vida e a do resto da população. Pela perspectiva econômica, essa decisão é plenamente racional, já que é altamente rentável em termos sociais e justifica um período – limitado – de isolamento e das medidas fiscais que o acompanham. (BID, 2020)

Ao levar isso em conta, fica claro para a instituição que a adoção de políticas fiscais anticíclicas tradicionais que visam fomentar o consumo ou ativar a variável investimento perdem o completo sentido diante do contexto da pandemia ao se tornar contraproducente dado que seus efeitos são indesejáveis diante de uma população em quarentena geral. Por conta disso, os dois principais objetivos para os quais a política fiscal deve estar orientada são:

1. Destinação de recursos ao setor de saúde para que seja possível atender a emergência sanitária.
2. Proporcionar alívio às famílias, principalmente àquelas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, e proteger as empresas empregadoras para que se evite demissões em massa, piorando ainda mais a catástrofe social já provocada pelo vírus.

É importante notar o quanto, de diferentes formas, os princípios do Novo Consenso Macroeconômico são evidenciados de maneira notável nas abordagens tanto do Fundo Monetário Internacional (FMI), como nas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em resposta à pandemia da Covid-19. O FMI destaca a indispensabilidade da política fiscal para salvar vidas e proteger a população, enfatizando a assistência direcionada como princípio central. Esse conceito está alinhado com a ideia do novo consenso, ao reconhecer a importância de medidas focalizadas, como suporte de renda para famílias e liquidez para empresas, com intuito de preservar a demanda agregada e evitar impactos duradouros.

A OCDE, ao criar um plano de ação em duas fases, reflete a lógica causal do novo consenso, que preconiza uma abordagem adaptativa. A primeira fase concentra-se na contenção imediata da crise sanitária, destacando a assistência direcionada, enquanto a segunda fase amplia o escopo, abraçando a ideia de mobilização eficiente de recursos temporários e avaliação dos riscos fiscais. Esses princípios estão alinhados com a necessidade de respostas flexíveis e coordenadas preconizadas pelo novo consenso.

O BID, ao reconhecer a natureza única da crise da Covid-19, alinha-se com a abordagem anticíclica que propõe medidas diferenciadas em situações excepcionais. A

instituição argumenta contra políticas tradicionais que poderiam ser contraproducentes durante o isolamento generalizado. Em vez disso, enfoca a destinação de recursos ao setor de saúde e o alívio direto às famílias vulneráveis, aderindo à ideia de que políticas fiscais devem se adequar ao contexto específico da pandemia.

As políticas propostas por esses três organismos multilaterais refletem uma convergência com os princípios do Novo Consenso Macroeconômico, de modo a priorizar a flexibilidade, a focalização e a coordenação para enfrentar os desafios complexos apresentados pela pandemia da Covid-19.

Todavia, faz-se necessário expor um contraponto interessante. É preciso ir além dessas políticas focalizadas, conforme advogam a maior parte dos organismos multilaterais. A UNCTAD (Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento), expôs o seguinte em seu relatório anual “Relatório sobre Comércio e Desenvolvimento de 2020, da pandemia global à prosperidade para todos: evitando mais uma década perdida”:

[...]essas medidas certamente foram necessárias para salvar vidas humanas e evitar que uma recessão econômica se transformasse em uma depressão mais prolongada, mas o mundo pós-pandemia exigirá mais do que socorro em casos de desastre e medidas profiláticas para se recuperar do choque atual.” (UNCTAD, 2020, p. 15)

O estado da economia mundial estava longe de ser satisfatório antes do surgimento da Covid-19, conforme argumentado em relatórios anteriores da UNCTAD, e o atual choque de saúde expôs muitos dos estresses e fragilidades que precisam ser abordados para que a economia global se torne mais resiliente e avance para uma trajetória de crescimento econômico, social e ambiental sustentável (UNCTAD, 2020, p. 16).

Fato é que os governos terão, cada vez mais, que aceitar um papel mais ativo na economia, de modo a olhar para os serviços públicos como investimentos, em vez de passivos, e procurar maneiras de tornar os mercados de trabalho menos inseguros (Financial Times, 2020, p. 8).

Portanto, a cooperação internacional e a coordenação serão essenciais se medidas genuinamente inovadoras precisarem ser implementadas em escala e no prazo, sem gerar desafios assustadores para as gerações futuras. Os países e regiões líderes do mundo, que têm mais recursos materiais e autonomia política para implementar mudanças em suas próprias economias, também terão que apoiar a mudança no restante do mundo (UNCTAD, 2020, p.16).

6. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou proporcionar uma análise minuciosa da trajetória evolutiva da política fiscal, destacando as teorias nas quais as escolas do pensamento econômico e seus respectivos representantes fundamentaram e influenciaram a compreensão e implementação dessa ferramenta ao longo do tempo. A realização dessa retrospectiva teve como propósito esclarecer por que e como as políticas fiscais são aplicadas na contemporaneidade, capacitando também a avaliação de sua eficácia diante dos desafios econômicos atuais, como ocorreu nas recentes crises.

Keynes, cuja "Teoria Geral" desafiou premissas da visão clássica e inaugurou um novo campo de estudos, a macroeconomia, deixou como legado o papel crucial da demanda agregada na determinação do nível de atividade econômica. Mesmo que sua teoria tenha passado por adaptações e críticas por parte de escolas subsequentes, o autor conseguiu ao longo do tempo justificar a intervenção do governo na economia. Especialmente através da política fiscal, essa intervenção foi vista como uma ferramenta eficaz para estabilizar o ciclo econômico e manter o pleno emprego, de tal modo que suas ideias moldaram a formulação de políticas econômicas nas décadas seguintes e continuam a influenciar discussões contemporâneas.

O próprio *mainstream* econômico atual, frequentemente associado ao novo consenso macroeconômico, possui similaridades em sua abordagem com as ideias de Keynes, como reconhecer a importância da demanda agregada para o desempenho macroeconômico, ou mesmo aceitar o papel do governo na estabilização. Todavia, suas diferenças são muito mais marcantes, uma vez que Keynes coloca uma ênfase significativa na política fiscal, defendendo a variação dos gastos públicos e dos impostos para equilibrar a demanda agregada, enquanto os economistas adeptos ao NCM acreditam que as mudanças nas taxas de juros pelo banco central são mais eficazes do que as variações nos gastos públicos.

Nesse aspecto, ao lançar luz sobre as últimas décadas, é inegável que as crises financeiras internacionais de 2007-2008 trouxeram mudanças a fim de fomentar à discussão sobre um papel mais ativo da política fiscal. O mesmo vale para a pandemia de Covid-19. A chamada de atenção sobre a necessidade do uso de diferentes instrumentos fiscais feitas por economistas influentes do próprio *mainstream* como Blanchard, ou mesmo a visão de organismos multilaterais como é o caso da UNCTAD que defendem abertamente a necessidade de seu uso para enfrentar mazelas estruturais das economias, buscando olhar para

os serviços públicos como investimentos ou procurar maneiras de tornar os mercados de trabalho menos inseguros, mostram uma maior sensibilidade com a essência do pensamento do autor que passa pelo reconhecimento das imperfeições inerentes ao sistema capitalista.

De início, pode ser desafiador visualizar mudanças de paradigmas econômicos significativas a ponto de a política fiscal praticada pelas principais potências se alinhar completamente a ideias como a demanda efetiva de Keynes, ainda que autores do próprio meio *mainstream* façam movimentos de aproximação com essa tradição. O que se denota na verdade é que mesmo com eventuais crises que obrigam governos a adotarem uma política fiscal mais ativa em momentos pontuais, os avanços teóricos do *mainstream* se restringem a concordar com a ideia de aumentar os gastos do governo quando as taxas de juros estão baixas e ou então quando acontecem recessões severas.

Entretanto, na era atual, marcada por desigualdades sociais crescentes e pandemia, tem-se um ambiente mais propenso a uma discussão pela contínua defesa, que se faz pertinente, de uma política fiscal mais ativa. Isso implica não apenas responder a crises imediatas, mas também moldar uma trajetória de crescimento que respeite limites ambientais, promova a inclusão social e garanta oportunidades equitativas nas sociedades. Assim, defende-se não apenas uma resposta a crises, mas um paradigma de desenvolvimento que seja resiliente, sustentável e socialmente justo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR FILHO, SAVIANE FILHO. **Evolução da Macroeconomia moderna entre perspectivas: em busca de uma sistematização.** *Revista de Economia Contemporânea*, v. 21, n. 2, e172121, maio 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272121>. Acesso em: 05/03/2022
- ALESINA, A.; PEROTTI, R. (1995). **Fiscal expansions and adjustments in OECD countries.** *Economic Policy*, 21, Oct. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w5214/w5214.pdf. Acesso: 03/02/2022
- AMADEO, E.; DUTT, A. **Os keynesianos neo-ricardianos e os pós-keynesianos.** *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 17, n. 3, dez. 1987. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5993/1/PPE_v17_n03_Keynesianos.pdf. Acesso em: 07/08/2022
- BALDWIN, R.; DI MAURO, B. W. **Mitigating the COVID Economic Crisis: Act Fast and Do Whatever It Takes.** London: CEPR Press, 2020. Disponível em: [https://www.scrip.org/\(S\(lz5mqp453edsnp55rrgjt55\)\)/reference/referencespapers.aspx?referenceid=2851019](https://www.scrip.org/(S(lz5mqp453edsnp55rrgjt55))/reference/referencespapers.aspx?referenceid=2851019). Acesso em: 28/11/2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata do Copom. Brasília, 232ª Reunião, agosto de 2020.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/copom/atascopom/Copom232-not20200805232.pdf>. Acesso em: 04/12/2021.
- BLANCHARD, O. J. **Is there a core of usable macroeconomics?** *The American Economic Review*, v. 87, n. 2, p. 244-246, maio 1997. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/aeaaecrev/v_3a87_3ay_3a1997_3ai_3a2_3ap_3a244-46.htm. Acesso em: 28/11/2023
- BLANCHARD, O.; DELL'ARICCIA, G.; MAURO, P. (2010). **Rethinking macroeconomic policy.** IMF Staff Position Note, Feb. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/spn/2010/spn1003.PDF>. Acesso: 15/11/2021
- BLIKSTAD, N. M. D.; OLIVEIRA, G. C. de. **Instabilidade financeira na Eurozona e a crise dos títulos públicos dos GIIPS.** *Economia e Sociedade*, v. 27, n. 2, p. 431–462, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v27n2art3>. Acesso em: 10/11/2022
- BLINDER, A. S. **Is there a core of practical macroeconomics that we should all believe?** *The American Economic Review*, v. 87, n. 2, p. 240-243, maio 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2950924> Acesso: 02/12/2023
- BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico.** 6. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2005.
- CALVO, G. **Staggered prices in a utility-maximizing framework.** *Journal of Monetary Economics*, v. 12, p. 383-398, 1983.
- CASADO, M. G. et al. **The Effect of Fiscal Stimulus: Evidence from Covid-19.** NBER Working Paper No. w27576, 2020.
- CARVALHO, L. **Uma regra fiscal insustentável mina sua própria credibilidade.** *Nexo Jornal*, São Paulo, 06 de agosto de 2020. Coluna. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2020/Uma-regra-fiscal-insustent%C3%A1vel-mina-sua-pr%C3%B3pria-credibilidade>. Acesso em: 06/12/2021.

DO MONTE, P. A. **Auxílio Emergencial e seu impacto na redução da desigualdade e pobreza.** Anpec 2020. Disponível em: https://www.anpec.org.br/nordeste/2020/submissao/arquivos_identificados/105-1c9403577ef3d3dd8fa1ad114b268474.pdf.

DUQUE, D. **Pobreza e desigualdade aumentam de novo: PNAD Covid mostrou impacto do Auxílio Emergencial nos indicadores sociais.** *Blog do Ibre*. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/pobreza-e-desigualdadeaumentam-de-novo-pnad-covid-mostrou-impacto-doauxilio-emergencial-nos>.

DUQUE, D. **Uma avaliação do Auxílio Emergencial: Parte 1.** *Blog do IBRE*. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/uma-avaliacao-doauxilio-emergencial-parte-1>.

DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. **Texto para discussão: a política fiscal do governo Dilma e a crise econômica.** *Economia e Sociedade*, v. 29, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3532/TD303.pdf>. Acesso em: 07 Dezembro 2021.

EXAME (2020) **Pandemia de Covid-19 pode durar até 2022, diz professor de Harvard.** Acesso em: 07/12/2021. Disponível em: <https://exame.com/ciencia/pandemia-de-Covid-19-pode-durar-ate-2022-diz-professor-da-harvard/>.

FINANCIAL TIMES (2020) **Chegou a hora de uma resposta fiscal global à Covid-19.** Acesso em: 09/12/2021 Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/03/16/chegou-a-hora-de-uma-resposta-fiscal-global-a-Covid-19.ghml>.

FISCHER, S. **Long-term contracts rational expectations and the optimal money supply rule.** *Journal of Political Economy*, v. 85, n. 1, p. 191-205, 1977.

FMI (2019). **GDP based on PPP, share of world - World Economic Outlook** (October 2019). Acesso em: 08/12/2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2019/10/21/World-Economic-Outlook-October-2019-Global-Manufacturing-Downturn-Rising-Trade-Barriers-48513>.

GASPAR, V.; LAM, R.; RAISSI, M. **Políticas fiscais para conter os danos causados pela Covid-19.** *Blog do FMI*. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2020/04/15/blog-fm-fiscal-policies-to-contain-the-damage-from-Covid-19>.

GENTILINI, U. et al. **Social protection and jobs responses to Covid-19: a real-time review of country measures.** Washington: World Bank Group, 2021. (Living Paper, version 15). Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/3bc00930-8388-5d60-86a9-a579de8a5b28>. Acesso em: 28/11/2023.

GIAVAZZI, F.; PAGANO, M. **Can Severe Fiscal Contractions Be Expansionary? Tales of Two Small European Countries.** In: BLANCHARD, O.; FISCHER, S. (Eds.). *NBER Macroeconomics Annual*, 1990, Volume 5. MIT Press, 1990.

G1 (2020). **Com a economia paralisada, a produção industrial da China registra a 1ª contração em quase 30 anos.** Acesso em: 7/12/2021.

GONÇALVES, R. et al. **Impactos do Auxílio Emergencial na Renda e no Índice de Gini.** Nota de conjuntura 16, CECON/IE, 2021. Disponível em:

<https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/nota-cecon/nota-cecon-auxilio-emergencial01042021final.pdf>. Acesso em: 07/04/2021.

GOODFRIEND, M.; KING, R. G. **The new neoclassical synthesis and the role of monetary policy**. In: BERNANKE, B.; ROTEMBERG, J. NBER Macroeconomics Annual. The MIT Press, Jun. 1997.

GOURINCHAS, P.-O. **Flattening the pandemic and recessions curves**. In: BALDWIN, R.; MAURO, B. W. di. (Ed.). *Mitigating the Covid economic crisis: act fast and do whatever it takes*. London: CEPR Press, 2020. p. 31-40. Disponível em: *Mitigating the COVID*. Acesso em: 28/11/2023

HALE, T. et al. **A global panel database of pandemic policies** (Oxford Covid-19 Government Response Tracker). *Nature Human Behaviour*, 2021. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41562-021-01079-8>. Acesso em: 05/12/2021.

HUNT, E.; LAUTZEHEISER, M. **History of economic thought: a critical perspective**. 3. ed. London and New York: Routledge Taylor e Francis Group, 2011.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **Covid-19 Data Repository by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University**. Disponível em: <https://github.com/CSSEGISandData/Covid-19>. Acesso em: 05/12/2021.

KEYNES, John Maynard. **The General Theory and After, Part 1 – Preparation**, The Collected Writings of J. M. Keynes, v. XIII. The Royal Economic Society, 1987.

KOMATSU B, MENEZES-FILHO, N. **Simulações de impactos da Covid-19 e da renda básica emergencial sobre o desemprego, renda, pobreza e desigualdade**. INSPER Policy Paper 2020;(43). Disponível em: <https://www.insper.edu.br/pesquisa-e-conhecimento/centro-de-gestao-e-politicas-publicas/policy-papers/>. Acesso em: 12/Abr/2021.

LAVOIE, M. **Post Keynesian economics: new foundations**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2014.

MELLO, GUILHERME et al. **A Coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo**. Nota de Conjuntura Cecon/IE/Unicamp, 2020. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota_cecon_coronacrise_natureza_impactos_e_medidas_de_enfrentamento.pdf.

NASSIF-PIRES, L.; CARVALHO, L. E RAWET, E. **Multidimensional Inequality and Covid-19 in Brazil**. Public Policy Brief 153. Levy Economics Institute, 2020. Disponível em: https://www.levyinstitute.org/pubs/ppb_153.pdf.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Tax and fiscal policy in response to the coronavirus crisis strengthening confidence and resilience**. Paris: OECD, 2020.

OLIVEIRA, A. L. M. et al. **Austeridade, pandemia e gênero**. In: Esther Dweck; Pedro Rossi; Ana Luíza Matos de Oliveira. *Economia Pós-Pandemia: Desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. v. 1, p. 153-171.

ORAIR, R.; SIQUEIRA, F.; GOBETTI, S. **Política fiscal e ciclo econômico: uma análise baseada em multiplicadores do gasto público**. XXI Prêmio do Tesouro Nacional, 2016.

OURWORLDINDATA. **Coronavirus (Covid-19) Vaccinations**. Disponível em: https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=OWID_WRL. Acesso em: 07/12/2021.

PINEDA,E; PESSINO, C; RASTELETTI,A. **Política e gestão fiscal durante a pandemia e a pós-pandemia na América Latina e Caribe**. Blog do BID. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/gestion-fiscal/pt-br/politica-e-gestao-fiscal-durante-a-pandemia-e-a-pos-pandemia-na-america-latina-e-caribe/>.

PIRES, M. **Princípios para um debate fiscal mais produtivo**. Blog do IBRE. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/principios-para-um-debate-fiscal-mais-produtivo>.

REDER, M. W. **Economics: The Culture of a Controversial Science**: Duke University Press, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3116212>. Acesso em: 01/12/2023

ROBINSON, Joan. **Collected economic Papers**. Cambridge, MA: MIT Press,

SILVA, A. C. M. **A economia de Keynes, a busca de uma nova teoria econômica e a “armadilha do equilíbrio”**. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 111–158, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643199>. Acesso em: 1 dez. 2023.

SOARES, F. V.; ORAIR, R. O. **Política fiscal e proteção social na resposta à Covid-19: da resposta emergencial à recuperação econômica**. Revista Tempo do Mundo, n. 26, p. 67-102, 5 out. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/26/31>.

SOLOW, R. M.; TOBIN, J. **Introduction to the Kennedy Reports**. In: J. Tobin; M. Weidenbaum (eds). **Two Revolutions in Economic Policy: The First Economic Reports of Presidents Kennedy and Reagan**. Cambridge, MA: MIT Press, 1988.

STEWART, M. **Keynes and After**. 3. ed. Harmondsworth: Penguin, 1986. Disponível em: <https://archive.org/details/keynesafter0000stew/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 1 dez. 2023

TAYLOR, J. **Staggered wage setting in a Macro Model**. American Economic Review, v. 69, n. 2, p. 108-113, 1979.

_____. **A core of practical macroeconomics**. The American Economic Review, v. 87, n. 2, p. 233-235, May 1997.

TEIXEIRA, Ana Maria; MISSIO, Fabio Jose. **O "novo" consenso macroeconômico e alguns insights da crítica heterodoxa**. Economia e Sociedade, v. 20, n. 2, p. 273–297, agosto de 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182011000200003>.

WORLD BANK. **Brasil overview: development news, research, data**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/brazil/overview#1>. Acesso em: 7 dez de 2021.

_____. **Covid-19 no Brasil: impactos e respostas de políticas públicas**. Disponível em: <https://brasilaberto.worldbank.org/pt/>. Acesso em: 7 dez de 2021.

APÊNDICE A – Resumo das principais escolas de pensamento econômico

Escola Econômica	Papel da Política Fiscal
Keynes	A política fiscal é crucial para estabilizar a economia e promover equidade na distribuição de renda. Em recessões, o governo deve aumentar gastos para estimular a demanda, enquanto em períodos de superaquecimento econômico, a redução de gastos é recomendada.
Síntese Neoclássica	A idéia fundamental da síntese era apresentar uma estrutura analítica comum tanto ao “modelo clássico” como ao “modelo Keynesiano”, deixando as divergências entre essas escolas limitadas a aspectos específicos dessa estrutura analítica. “Core” analítico da síntese neoclássica: - Modelo IS/LM : determinação do nível de produção de equilíbrio sob a hipótese de preços fixos. - Curva de Phillips : trade-off estável entre inflação e desemprego (fechamento do “modelo keynesiano” na medida em que explicita o processo de determinação da variação dos preços). - Modelos econométricos de larga-escala: avaliação dos impactos de políticas econômicas alternativas por intermédio da estimação dos coeficientes das equações estruturais de um modelo macroeconômico em larga escala.
Monetarismo	Os monetaristas argumentavam que o controle da oferta monetária, não o gasto, determinava o Produto Interno Bruto. Defendiam que a política fiscal deveria seguir a política monetária, destacando a importância da "Teoria Quantitativa Moderna da Moeda".
Nova Economia Clássica	A política fiscal foi vista através da teoria das expectativas racionais. Argumenta-se que as mudanças nas políticas fiscais e monetárias têm efeitos limitados sobre a economia, pois os agentes econômicos ajustam suas expectativas racionalmente. A estabilização deve ser realizada principalmente através de políticas monetárias consistentes e previsíveis.
Novos Keynesianos	Os Novos Keynesianos combinam elementos das teorias keynesiana e neoclássica, enfatizando a importância da política fiscal para estabilizar a economia a curto prazo. No entanto, diferem de Keynes ao adotar a hipótese de "rigidez nas expectativas", permitindo mudanças graduais nas expectativas dos agentes. Isso contrasta com a visão de Keynes, que não pressupunha expectativas racionais, reconhecendo a influência de informações limitadas e incertas nas decisões econômicas.
Novo Consenso Macroeconômico	Combina insights de várias abordagens. Enfatiza a importância da política fiscal no longo prazo, defendendo a estabilidade fiscal como condição para um ambiente econômico saudável. A ênfase está em regras claras e consistentes para evitar incertezas que possam prejudicar o investimento privado.

Fonte: elaboração própria

APÊNDICE B – Propostas de Organizações Internacionais para Políticas Fiscais em Pandemias

Organização	Ênfase na Pandemia	Propostas de Ação
FMI (Fundo Monetário Internacional)	Considera a política fiscal indispensável em pandemias. Enfatiza assistência direcionada, mobilização eficiente de recursos temporários e avaliação dos riscos fiscais.	Assistência direcionada; Mobilização eficiente de recursos temporários; Avaliação dos riscos fiscais.
OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico)	Propõe plano em duas fases: contenção inicial da crise sanitária com suporte de renda e liquidez; e ampliação de ações, incluindo desenvolvimento contínuo de sistemas de monitoramento e pesquisa de tratamentos.	Suporte de renda e liquidez; Desenvolvimento contínuo de sistemas de monitoramento; Pesquisa de tratamentos.
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	Destaca ineficácia das políticas fiscais anticíclicas tradicionais em pandemias. Sugere direcionar recursos para o setor de saúde, proporcionar alívio às famílias vulneráveis e proteger empresas empregadoras.	Direcionamento de recursos para o setor de saúde; Alívio às famílias vulneráveis; Proteção às empresas empregadoras.
UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)	Enfatiza a exposição de fragilidades na economia global pela pandemia. Argumenta que os governos devem desempenhar papel mais ativo, olhando para os serviços públicos como investimentos e buscando formas de tornar os mercados de trabalho menos inseguros. Destaca a necessidade de cooperação internacional para implementar mudanças inovadoras em escala e no prazo.	Desempenho mais ativo dos governos; Olhar para serviços públicos como investimentos; Tornar mercados de trabalho menos inseguros; Cooperação internacional para mudanças inovadoras.

Fonte: elaboração própria